



# AMAZÔNIA CONTRA O RELÓGIO:

UM DIAGNÓSTICO REGIONAL SOBRE ONDE E COMO  
PROTEGER 80% ATÉ 2025

---

RESUMO EXECUTIVO

Investigação realizada pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) dentro do marco da iniciativa “Amazônia para a Vida: proteger 80% até 2025” e dos organismos coordenadores COICA e Stand.earth.



**AMAZONIA  
POR LA VIDA:  
PROTEJAMOS  
80% AL  
2025**  
EVITANDO EL PUNTO DE NO RETORNO

**Investigadoras principais:**

Marlene Quintanilla,  
Fundação Amigos da Natureza  
(Bolívia-RAISG),

Carmen Josse,  
Fundação Ecociencia  
(Equador-RAISG),

Alicia Guzmán León,  
Stand.earth.

**Autores principais:**

Marlene Quintanilla,  
Alicia Guzmán León,  
e Carmen Josse,

**Contribuições adicionais:**

Jessika García, COICA  
Raúl Estrada, AVAAZ  
Edith Espejo, One Earth

**Foto de capa:**

Alberto Blanco, Provita  
Amazon Watch /@Caroline Bennet  
Vilisa Morón, Provita

**Fotos dos líderes amazônicos:**

COICA

**Diagramação e design do informe:**

Diego Corrales

**Coordenação:**

Alicia Guzmán León

**Citação sugerida:** Quintanilla, Marlene, Alicia Guzmán León, Carmen Josse. 2022.  
Amazônia contra o relógio: um diagnóstico regional sobre onde e como proteger 80% até 2025.  
<https://amazonia80x2025.earth/>



RAISG

STAND  
.earth

Este relatório foi elaborado com o apoio da coalizão da Iniciativa “Amazônia para a Vida: proteger 80% até 2025”:  
AVAAZ, Wild Heritage, One Earth e Amazon Watch.

## RESUMO EXECUTIVO

### Introducción



Votação da Moção Emergencial nº 129 da UICN em Marselha, França, em 10 de setembro de 2021.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), junto com suas organizações nacionais nos 9 países abrangidos pela Amazônia, representando mais de 500 povos indígenas, em colaboração com uma coalizão de aliados<sup>1</sup>, lançou a iniciativa “Amazônia para a Vida: proteger 80% até 2025”, em setembro de 2021, em meio à pandemia de covid-19. O congresso da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em Marselha, França, foi o palco para a apresentação

desse apelo mundial para evitarmos chegar a um ponto de inflexão na Amazônia. A comunidade internacional acolheu a **Resolução 129<sup>2</sup>** com os votos de 32 países e de 541 organizações não governamentais.

A meta proposta atualmente pelos objetivos globais, em negociação em vários foros, não corresponde ao estado atual dos ecossistemas amazônicos e de outros oito ecossistemas<sup>3</sup> onde uma mudança climática poderia

<sup>1</sup> Stand.earth – organização coordenadora juntamente com COICA, RAISG, AVAAZ, Wild Heritage, One Earth e Amazon Watch

<sup>2</sup> Evitar a chegada a um ponto de inflexão na Amazônia, protegendo 80% até 2025.

<sup>3</sup> Mudança da floresta boreal, desintegração da camada de gelo da Antártida ocidental, mudança nas moções

## A perda de ecossistemas amazônicos impacta o planeta e todas suas formas de vida, e as mudanças climáticas afetam as formas de vida dos povos indígenas.

levar a um ponto de não retorno<sup>4</sup>. Além disso, o horizonte temporal (2030) em discussão ignora o fato de que a região está próxima de um estado irreversível, em que os níveis de degradação e de desmatamento atuais impedem os processos de restauração, acelerando sua savanização.

A Amazônia abriga 5 dos 17 países megadiversos<sup>5</sup>, ou seja, um terço dos países em cujas fronteiras encontra-se a maior riqueza em biodiversidade do mundo<sup>6</sup>. Para esclarecer o que é um país megadiverso, ele deve ter ao menos 5.000 espécies de plantas do

mundo de forma endêmica (Mittermeier et al. 2003). Além disso, a Amazônia abriga a maior bacia fluvial do mundo e contém 20% da água doce global. Trata-se do habitat com mais biodiversidade do planeta (UNEP 2012, 14 citado em UNEP-WCMC 2016).

A perda de ecossistemas amazônicos impacta o planeta e todas suas formas de vida, e as mudanças climáticas afetam as formas de vida dos povos indígenas, sua diversidade cultural e linguística, sua saúde e sua segurança alimentar de forma inversamente proporcional<sup>7</sup>, além de ameaçar de extinção até 1 milhão de espécies<sup>8</sup>. Expandir os direitos e os territórios indígenas é um imperativo global que pode mitigar as crises climática e de biodiversidade, uma vez que 80% da biodiversidade restante do mundo encontra-se nesses territórios<sup>9</sup>. Os marcos internacionais e nacionais do clima e da biodiversidade omitiram sistematicamente o papel dos povos indígenas, os sistemas de conhecimento que baseiam sua visão de mundo e seus valores<sup>10</sup>, impedindo que a humanidade elabore políticas com base em práticas milenares para combater as mudanças climáticas.

A falta de reconhecimento das estruturas de autogoverno das comunidades indígenas e das comunidades locais no território amazônico é a principal causa dos conflitos e da violência na região. **Entre 2015 e o primeiro semestre de 2019, 232 líderes comunitários indígenas foram assassinados por causa de**

da África ocidental, perda do permafrost, desintegração da camada de gelo da Groenlândia, fim da Circulação de Revolvimento Meridional do Atlântico e mudança das monções na Índia; em McSweeney, R. (Ed.). 2020.

- 4 O IPCC AR4 adotou, pela primeira vez, a definição de “ponto de inflexão”. Dada a evolução do conceito no IPCC, este informe adota a definição do IPCC de 2019, que define o ponto de inflexão como sendo aquele em que se alcança a “irreversibilidade dos ecossistemas degradados que não podem ser restaurados à sua linha de base original”.
- 5 Madagascar, República Democrática do Congo, África do Sul, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, Austrália, Papua Nova Guiné, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, México, Peru e Venezuela.
- 6 “The World’s 17 Megadiverse Countries.” Atlas mundial.

7 IPCC 2022, TS.B.7.2

8 IPBES 2019.

9 IPCC 2022, TS.B.1.6.

10 IPBES 2022, 3.



Queima vista no meio da mata próxima à capital Porto Velho. **Foto:** Bruno Kelly/Amazonia Real.

**disputas territoriais e pelos recursos naturais** (citado em CEPAL-FILAC 2020, 143). Em 2020, essa tendência continuou<sup>11</sup>. Em 2021, um terço de todas as violações registradas nas Américas foram contra defensores de direitos ambientais, territoriais e dos povos indígenas<sup>12</sup>. Dada a alarmante situação de violência na região, em julho de 2022, o Parlamento Europeu<sup>13</sup> adotou uma resolução que condena as políticas de direitos humanos do presidente brasileiro e que denuncia a crescente violência contra defensores dos direitos humanos, povos indígenas, minorias e jornalistas no Brasil, incluindo o assassinato de Dom Philips e de Bruno Pereira.

Nesse contexto, um horizonte 2030 pode ser catastrófico para a maior floresta contínua do planeta, para as mais de 500 nacionalidades e povos indígenas que nela vivem e para

a humanidade. Os impactos das mudanças climáticas afetam a todos, mas alguns grupos, como os povos indígenas, estão mais vulneráveis<sup>14</sup>. O caminho para uma transição justa na Amazônia tem que ser liderado por quem a protege sem receber um centavo dos orçamentos nacionais e quem, por meio de seu conhecimento milenar, conhece os segredos mais profundos para mantê-la de pé. É indispensável que as políticas globais e nacionais reconheçam o papel dos povos e dos territórios indígenas na preservação dos ecossistemas mais sensíveis do planeta e seu papel de protagonistas nas soluções para a crise climática que atravessamos.

Essa investigação, desenvolvida desde 2021 pela **Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG)**, no marco da iniciativa **“Amazônia para a Vida: proteger 80% até 2025”**, com dados de 1985 a 2020, apresenta um conjunto de conclu-

11 Front Line Defenders 2020.

12 Front Line Defenders 2021.

13 European Union 2022.

14 IPCC 2022, TS.B.3.5, TS.B.4.1, TS.B.4.3.

sões cujo objetivo é informar e orientar as políticas mundiais e nacionais para proteger pelo menos 80% da Amazônia até 2025. Este relatório apresenta os principais resultados, baseados em informações atualizadas até 2020, a fim de proporcionar uma linha de base regional que irá permitir tornar mais transparente a medição do progresso dessa proposta. Uma análise pormenorizada de escala nacional complementa esta análise.

Este relatório conta com seis partes. A primeira apresenta uma perspectiva regional com resultados concisos do estado atual das Áreas Prioritárias na Amazônia, as quais são definidas por três critérios: segundo a funcionalidade e os serviços dos ecossistemas, definidos pela capacidade de efetuar processos ecológicos para prover serviços que geram bem-estar humano (De Groot 1992); por sua representatividade ecológica, ou seja, áreas

**Este relatório apresenta os principais resultados, baseados em informações atualizadas até 2020, a fim de proporcionar uma linha de base regional que irá permitir tornar mais transparente a medição do progresso dessa proposta.**

que concentram maior riqueza em biodiversidade, heterogeneidade e singularidade ecossistêmica; e, em terceiro lugar, pelos sintomas e pelas mudanças dos ecossistemas em relação à transformação ocorrida devido ao desmatamento e à mudança no uso do solo, somados à degradação, que é medida pela perda de carbono, pelo desmatamento e pela mudança no uso do solo entre 1985 e 2020.

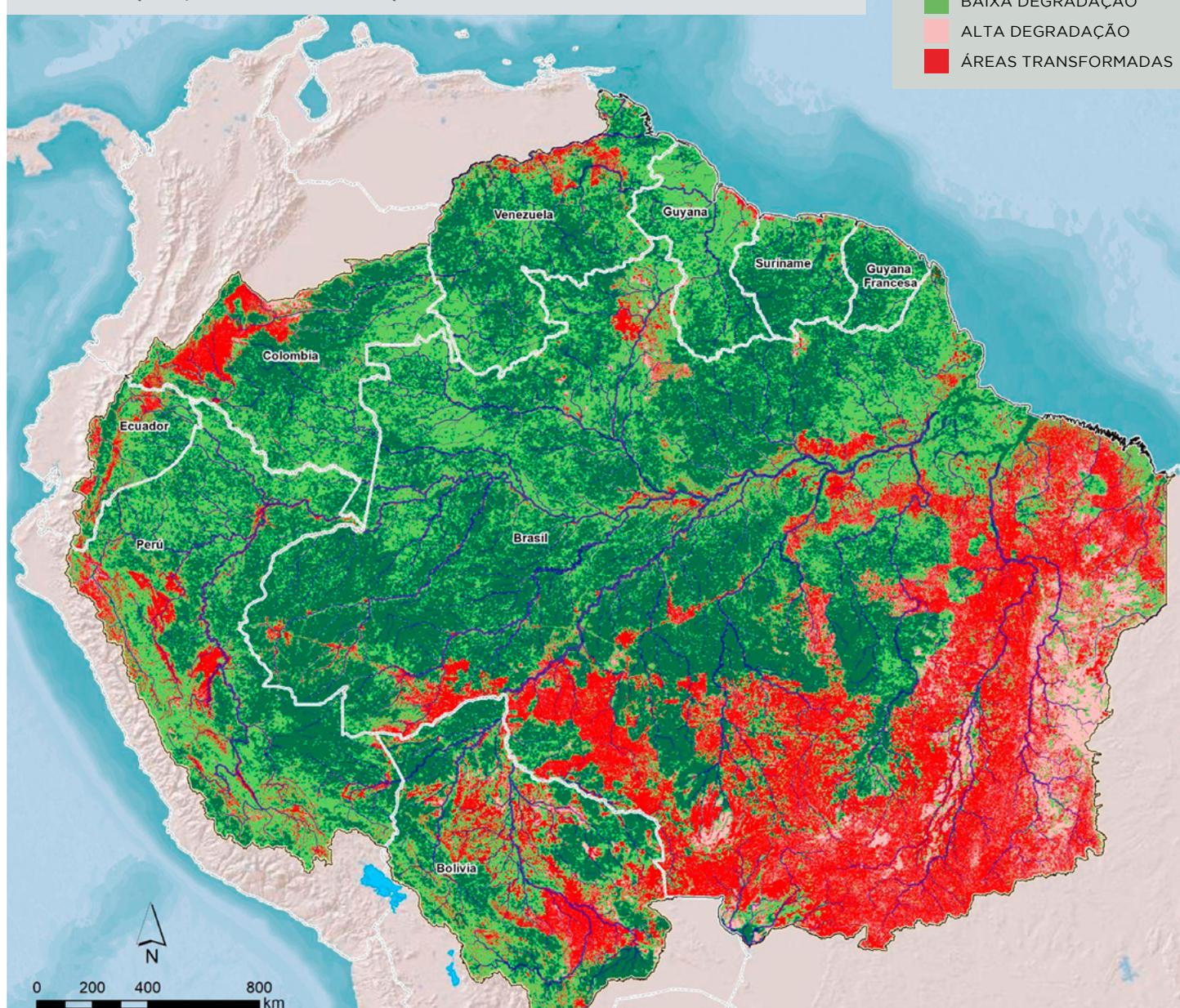
A segunda parte apresenta dados importantes sobre a biodiversidade que devem ser considerados em um ano em que as negociações da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foram retomadas depois da pandemia. Em dezembro de 2022, será definido o texto final do Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020, que guiará as políticas globais e nacionais da comunidade internacional na próxima década. A biodiversidade, a integridade dos ecossistemas e os sistemas de conhecimento indígenas estão intrinsecamente vinculados e requerem uma análise integral.

A terceira parte do estudo compara os regimes de gestão territorial vigentes: áreas protegidas; territórios indígenas; e o que resta além dessas áreas, que representam 48% da Amazônia. O objetivo é medir o desempenho em cada modelo de governança e definir ações prioritárias e soluções concretas frente às conclusões do estudo.

A última parte apresenta os fatores determinantes, ou *drivers*, da destruição presentes na Amazônia: rodovias, centrais hidrelétricas, bolsões de petróleo, mineração legal e ilegal e a dívida. Essa é entendida como um fator sistêmico que promove atividades extrativistas em toda a região. O estudo termina com o apelo dos povos indígenas, resumindo as opções de política pública defendidas no documento.

## ESTATÍSTICAS E DADOS PRINCIPAIS

**MAPA 1: ÁREAS PRIORITÁRIAS NA AMAZÔNIA: INTACTAS, BAIXA DEGRADAÇÃO, ALTA DEGRADAÇÃO E ÁREAS TRANSFORMADAS**



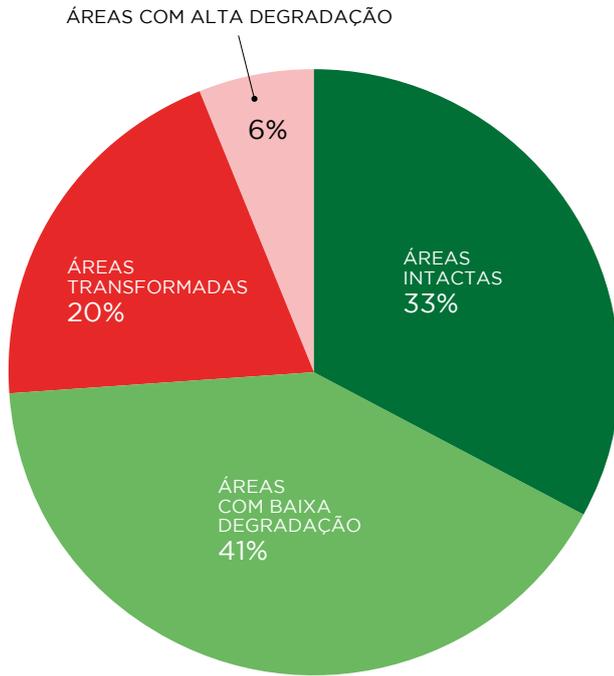
Fonte: Mapa 22, RAISG 2020 atualizado com MapBiomias Amazônia v. 3.0 (Mapa de cobertura florestal e uso do solo, Coleção de mapas anuais 1985-2020).  
Elaboração: RAISG

Nossos dados demonstram que a proteção de 80% da Amazônia é necessária e possível, mas, acima de tudo, urgente. Se a tendência atual de desmatamento continuar, a Amazônia como conhecemos hoje não duraria até 2025. Este estudo apresenta onze conclusões contundentes que são o resultado da comparação do estado das Áreas Prioritárias por regimes de manejo territorial: áreas pro-

tegidas, territórios indígenas e áreas não designadas. Também propõe uma comparação por países.

- 1. A Amazônia encontra-se imersa em uma crise relativa a seu ponto de inflexão devido às altas taxas de desmatamento e de degradação que, combinadas, já alcançam 26% da região. O**

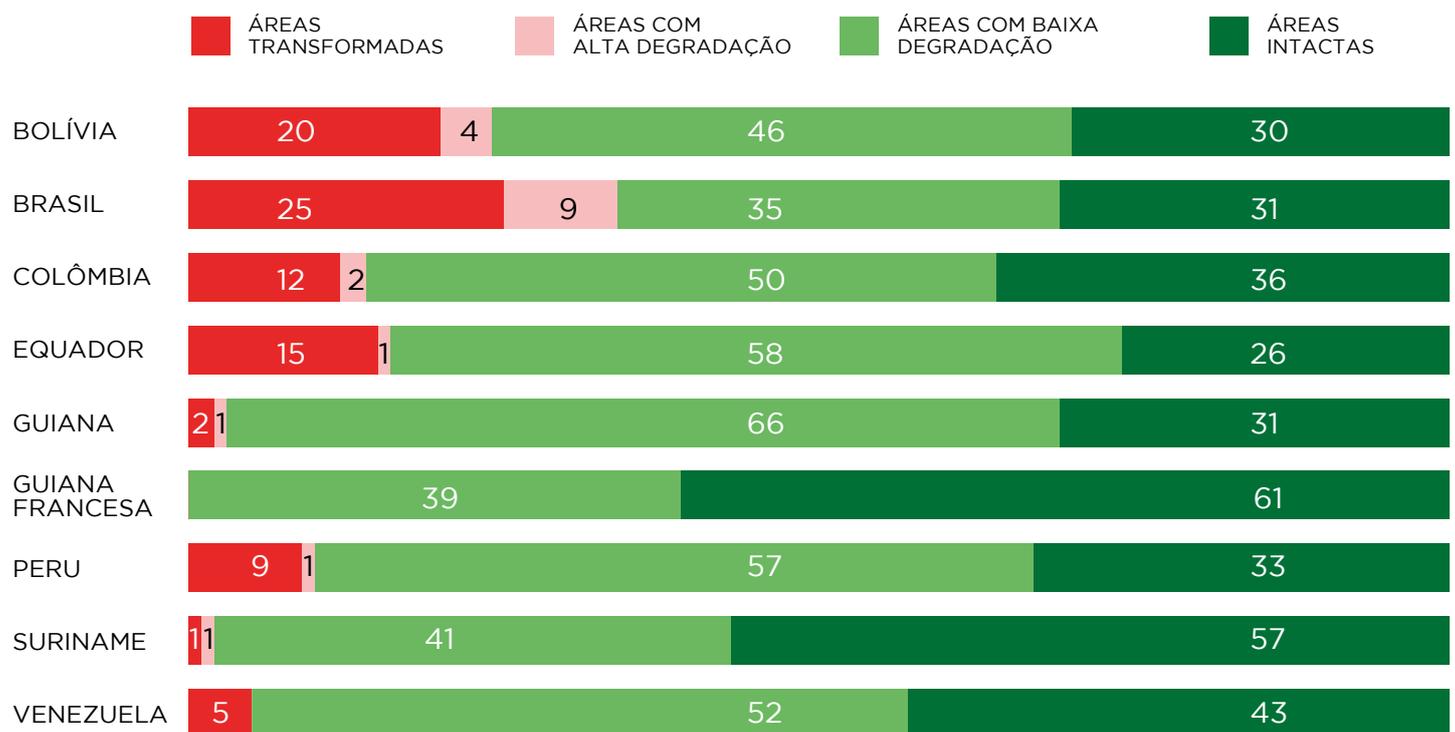
### GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS POR SEU ESTADO ATUAL



Fonte: Mapa 22, RAISG 2020 atualizado com MapBiomas Amazônia v. 3.0 (Mapa de cobertura e uso do solo, Coleção de mapas anuais 1985-2020).  
Elaboração: RAISG.

trabalho científico disponível até agora estabelece que o ponto de inflexão na Amazônia será alcançado quando o desmatamento e a degradação combinados cruzarem o limite de 20-25% (Lovejoy e Nobre 2019). Apesar disso, é fundamental ressaltar que os autores se referiam à Amazônia oriental, meridional e central, e não a toda a região descrita neste documento, que cobre 847 milhões de hectares. A informação que colocamos à disposição do público neste estudo estabelece que **o ponto de inflexão não é um cenário futuro, mas um estágio já presente em algumas zonas da região. Brasil e Bolívia concentram 90% do desmatamento e da degradação combinados. Como resultado, a savanização já é uma realidade em ambos os países.**

### GRÁFICO 2: ESTADO ATUAL DA AMAZÔNIA POR PAÍS (EM PORCENTAGEM)



Fonte: Mapas RAISG 2020, Mapas FAN e Mapas Ecociencia. Elaboração própria.

**2. ainda é possível, 2030 apresenta um desafio frente ao estado atual da região.**

Essa meta [80%] **requer** medidas urgentes para proteger os **74% restantes (629 milhões de hectares) da Amazônia que são Áreas Prioritárias intactas<sup>15</sup> (33%) e com baixa degradação (41%)**. Ainda assim, a restauração de 6% (54 milhões de hectares) de terras com alta degradação é vital para deter a tendência atual.

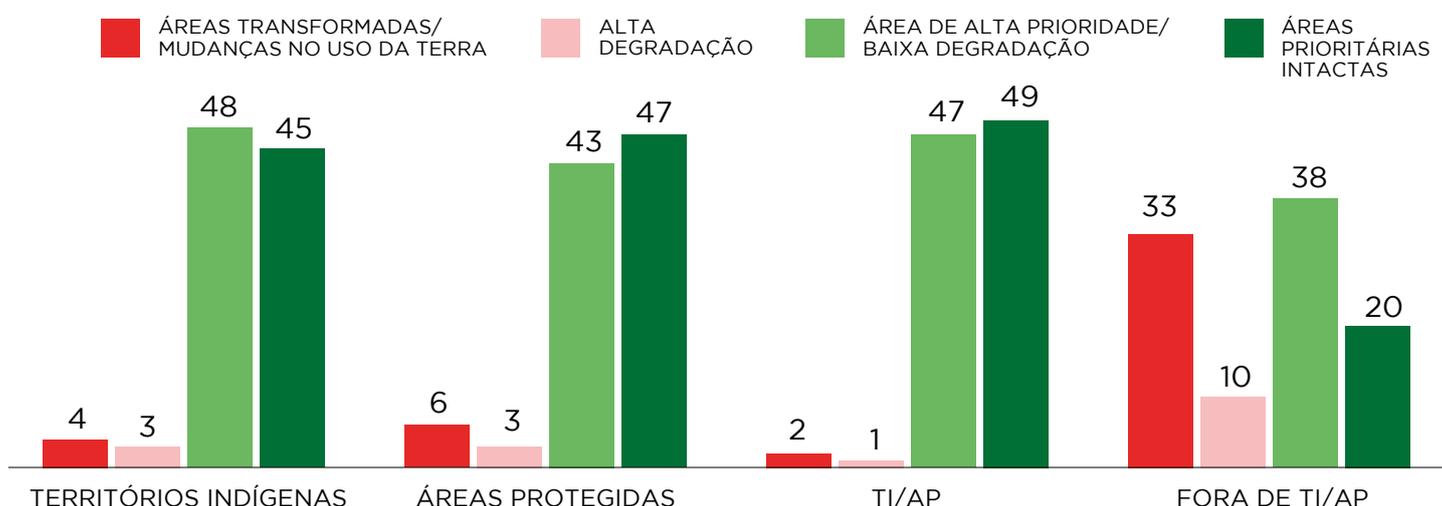
**3. Os povos indígenas protegem 80% da biodiversidade restante no mundo<sup>16</sup>. A Amazônia é uma região megadiversa:**

é o **habitat com maior biodiversidade do mundo<sup>17</sup>**, e acolhe 5 dos 17 países me-

gadiversos<sup>18</sup> do planeta. Quatro<sup>19</sup> dos 36 *hotspots* existentes no planeta estão localizados na região. A preservação desses *hotspots* tem sido realizada graças aos sistemas de conhecimento dos povos indígenas que ali vivem. Cerca de **137 espécies são extintas todos os dias na Amazônia** devido à perda de habitat (Müller in IPOL EU 2020, 13).

**4. Este estudo oferece uma comparação entre os regimes de gestão territorial existentes. As Áreas Protegidas (AP) e os Territórios Indígenas (TI) são vitais para proteger a Amazônia. Ambos os regimes cobrem, entre eles, cerca de metade (48%) da região, porém, a outra metade (52%) é composta por áreas sem nenhum tipo de designação que**

**GRÁFICO 3: ESTADO ATUAL DA AMAZÔNIA POR REGIME DE GESTÃO TERRITORIAL (EM PORCENTAGENS)**



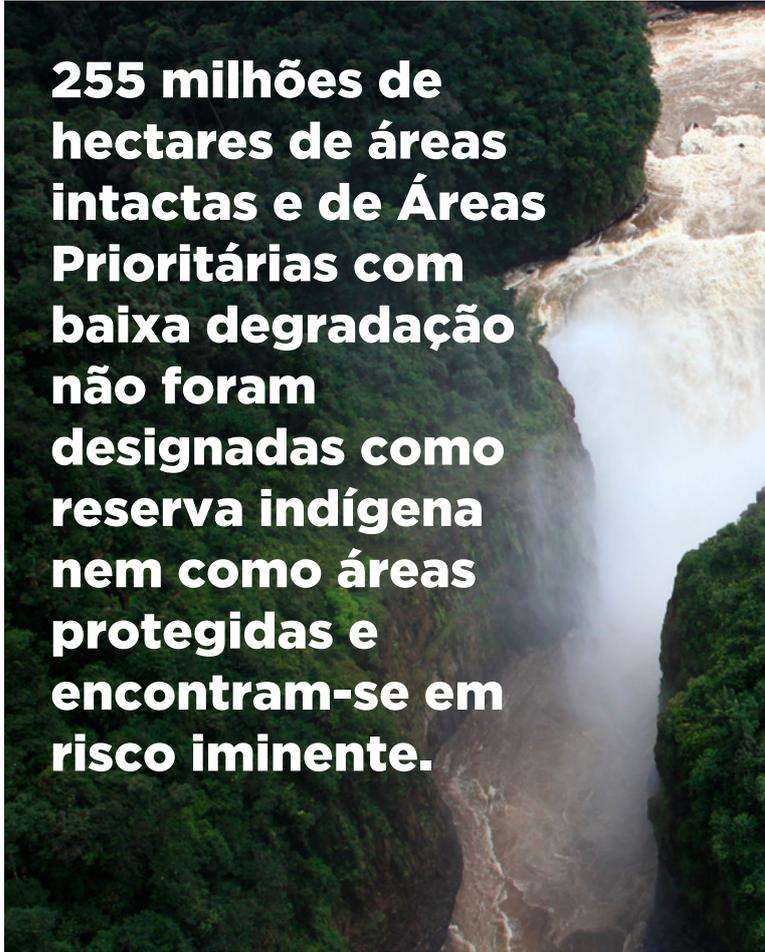
Fonte: Mapas RAISG 2020, Mapas FAN e Mapas Ecociencia; elaboração própria

15 Áreas Prioritárias são definidas como aquelas áreas com funcionalidade muito alta, conectividade e representatividade da biodiversidade (ver Metodologia)  
 16 Banco Mundial; IPCC 2022.  
 17 UNEP 2012, 14 citado em UNEP-WCMC 2016.

18 Madagascar, República Democrática do Congo, África do Sul, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, Austrália, Papua Nova Guiné, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, México, Peru e Venezuela.  
 19 Dois no Brasil: Mata Atlântica e Cerrado, e dois nos Andes: Tumbes-Chocó-Magdalena e Andes Tropicais

correm o risco de desaparecer, e sem as quais é impossível deter a chegada ao ponto de inflexão. A maior parte do desmatamento (86%) aconteceu fora das AP e dos TI.

5. **255 milhões de hectares de áreas intactas e de Áreas Prioritárias com baixa degradação não foram designadas como reserva indígena nem como áreas protegidas e encontram-se em risco iminente. As áreas não designadas registram a maior transformação (33%) e alta degradação (10%), sendo seis vezes maior que a transformação registrada nas AP e mais de oito vezes que aquela dos TI.**
6. **Os Territórios Indígenas não têm alocações orçamentárias de seus governos; não obstante, têm níveis de conservação maiores ou iguais às áreas protegidas, inclusive quando estas sobrepõem-se aos TI.** Isso deve-se, principalmente, à visão de mundo de mais de 500 povos indígenas que vivem na Amazônia há milênios.
7. **A superposição dos regimes (TI e AP) não resulta em níveis substancialmente mais altos de integridade do ecossistema. Ao contrário, criar AP sobre os TI pode enfraquecer os modelos de governança indígenas no território e, conseqüentemente, deteriorar a conservação dos ecossistemas; em alguns casos, inclusive, resultando em violência.** O enfoque da iniciativa é um modelo de governança colaborativo e inclusivo para assegurar o desenho e a implantação de alternativas sustentáveis, como as propostas pelo Acordo de Durban, em 2003, e, mais recentemente, pelo IPBES (2002).



**255 milhões de hectares de áreas intactas e de Áreas Prioritárias com baixa degradação não foram designadas como reserva indígena nem como áreas protegidas e encontram-se em risco iminente.**

Foto: Alberto Blanco, Provita Venezuela.

8. **Existem cerca de 100 milhões de hectares de TI em disputa, em processo de identificação ou declarados que requerem reconhecimento e demarcação imediata** para frear os índices de degradação já presentes dentro dos TI.
9. **Não se pretende incluir os territórios indígenas no debate como uma categoria adicional ou como outras medidas ou mecanismos de conservação (OMEC). Os TI são preexistentes** aos Estados nacionais e apresentam uma estrutura social, econômica, cultural e política própria, enquanto as OMEC podem ser criadas e ter sua gestão definida pela iniciativa pública ou privada. Reconhecer o acervo cultural sobre o qual se sustenta a integridade dos ecossistemas é um

fator diferencial para enfrentar a crise climática que deve ser integrado às políticas de conservação.

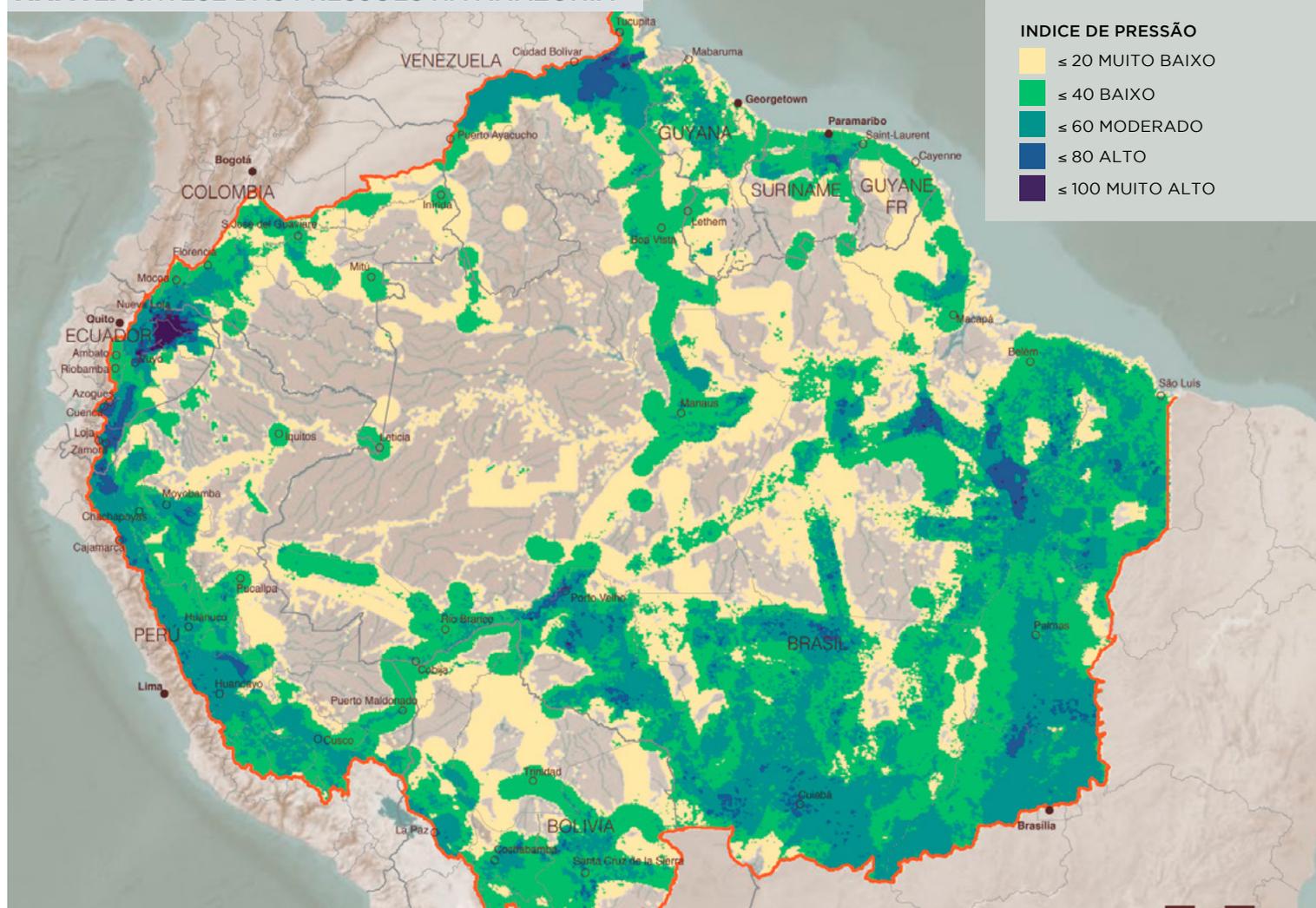
10. **66% da Amazônia está sujeita a algum tipo de pressão fixa ou permanente. Onde há forte presença do Estado, apresentam-se ameaças e pressões ou fatores determinantes “legais” e, onde a presença do Estado é fraca, apresentam-se fatores determinantes “ilegais”.** Os TI e as AP não estão à margem dessa realidade. Bolsões de petróleo, centrais hidrelétricas e minas são planejados por toda parte na Amazônia. **Os marcos le-**

**gais existentes dão condições para que os Estados concedam licenças em florestas intactas ou em TI sem o consentimento prévio, livre e informado das populações que lá vivem.**

11. **A capacidade de restauração da Amazônia está se esgotando. É necessária uma transição imediata.** As indústrias que ocupam a região não contam com o consentimento prévio, livre e informado das populações que lá vivem.

**a. As áreas dedicadas à atividade agropecuária triplicaram desde**

MAPA 2: SÍNTESE DAS PRESSÕES NA AMAZÔNIA





**66% da Amazônia está sujeita a algum tipo de pressão fixa ou permanente.**

Mina de ferro. Foto: Javier Mesa, Provita.

**1985. O setor é responsável por 84% do desmatamento amazônico.** As invasões e as intimidações, assim como os incêndios, estão diretamente relacionadas à ampliação da fronteira agrícola. As AP e os TI não estão à margem desse problema. A expansão da fronteira agrícola dentro das AP foi de 220% entre 2001-2018, e de 160% nos TI no mesmo período. Em ambos os casos, a floresta foi substituída. **A indústria pecuária é o maior fator impulsionador do desmatamento na Amazônia, representando quase 2% das emissões anuais globais de CO<sub>2</sub>.** A maior indústria pecuária do mundo é a do Brasil.

b. **A mineração, presente em todos os países da Amazônia, afeta 17% da região. De toda atividade mineradora, 9,3% ocorre em AP e outros 9% em TI.** Atualmente, a metade das zonas

mineradoras em AP e 68% daquelas em TI encontram-se em fase de licitação, o que quer dizer que poderiam ser revertidas. **85% da atividade mineradora em TI ocorre nos territórios já reconhecidos.** A mineração ilegal está se expandindo em toda a bacia amazônica.

c. **Os bolsões de petróleo ocupam 9,4% da superfície amazônica (80 milhões de hectares), com 43% deles localizados em áreas protegidas e territórios indígenas.** Um total de 89% do petróleo cru exportado da Amazônia vem do Equador<sup>20</sup>, e seu principal destino são os Estados Unidos. **Mais da metade (52%) da Amazônia equatoriana é um bolsão de petróleo,** assim como 31% da peruana, 29% da boliviana e 28% da colombiana.

- d. Atualmente, **existem onze megaprojetos rodoviários** que darão acesso à Amazônia mais remota, em um futuro próximo, e que representam uma grave ameaça para a integridade dos ecossistemas.
- e. Existem 350 centrais hidrelétricas (CH) que operam na bacia, e **483 outras estão projetadas para serem construídas no futuro**, totalizando 833 potenciais centrais hidrelétricas. A construção de projetos hidrelétricos **altera o fluxo de mais de 1.100 rios tributários** que compõem a bacia amazônica.
- f. **Dívida:** A dívida deve ser entendida como um problema sistêmico que interliga todas as atividades dos países do Sul e do Norte. A dívida é uma das causas estruturais da destruição da Amazônia e de outros ecossistemas vitais para a humanidade. A América Latina é a região emergente mais endividada do planeta. Os efeitos da pandemia se somam a cinco décadas em que se observou pelo menos 50 crises e reestruturações da dívida soberana<sup>21</sup>. De acordo com dados da CEPAL (2021), **a dívida pública bruta média é de 78% do PIB na América Latina**. Apenas o serviço total da dívida representa 59% de sua exportação de bens e serviços. As medidas tomadas foram paliativas e insuficientes,

**Os bolsões de petróleo ocupam 9,4% da superfície amazônica (80 milhões de hectares), com 43% deles localizados em áreas protegidas e territórios indígenas.**

e os marcos para ação caminham em direção à obsolescência.

Os marcos vigentes para a dívida e a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) visam principalmente as nações mais pobres. Na América Latina e no Caribe, 28 dos 33 países são considerados como de renda média e, portanto, não se qualificam para os empréstimos a juros baixos aos quais são elegíveis os países mais pobres nem para a AOD.

A proposta da iniciativa “Amazônia para a Vida: proteger 80% até 2025” é o perdão condicionado da dívida. Essa abordagem inovadora usa a dívida como mecanismo de proteção das áreas prioritárias na Amazônia ao invés de fomentar a destruição.

21 Ian Clark, Thomas MacWright, Brian Pfeiffer, Dimitrios Lyratzakis e Amanda Parra Criste, [“Sovereign debt restructurings in Latin America: A new chapter”](#), White & Case, 25 de outubro de 2021.

Como mencionado no ponto 9 da [Declaração dos Povos Indígenas](#) abaixo, essa proposta apresenta-se como uma oportunidade única de as nações devedoras e credoras, as instituições financeiras internacionais e as empresas de capital privado que detenham títulos da dívida dos países amazônicos se unirem e ativamente apoiarem a meta de impedir que cheguemos ao ponto de inflexão, protegendo 80% da Amazônia. *O quid pro quo* resume-se em perdoar a dívida existente dos países amazônicos à medida que eles ponham em prática compromissos de, por um lado, acabar com a extração industrial e, por outro, de promover a proteção de florestas primárias e de áreas prioritárias, de territórios indígenas e de áreas protegidas.

A política, mundial e nacional, requer soluções inovadoras e imediatas. Os povos indígenas detêm o conhecimento milenar dos ecossistemas amazônicos. **Um primeiro passo é reconhecer seus territórios e direitos em modelos de governança inovadores para seus territórios e para as áreas protegidas. Um segundo passo é reconhecer sua gestão com recursos nacionais e internacionais.** Por fim, as Áreas Prioritárias sem regime de gestão territorial podem consolidar um novo modelo de cogestão, no qual os Estados administram corredores de conectividade biocultural que conectem os ecossistemas, as culturas e os territórios indígenas como medida de proteção imediata. Os líderes amazônicos identificaram 13 soluções para deter a chegada ao ponto de inflexão, incluídas em um apelo à comunidade internacional.

## UM APELO DOS POVOS INDÍGENAS À AÇÃO

Faz-se necessária ação imediata da comunidade internacional para fortalecer essas áreas por meio de financiamentos. A implantação da Resolução nº 129, aprovada pela UICN, em Marselha, em setembro de 2021, que corresponde à **Declaração dos líderes indígenas para assegurar um Pacto Global para proteger ao menos 80% da Amazônia, o que exigirá:**

1. Uma **visão regional pan-amazônica** que resulte em um plano estratégico comum, construído sobre as estritas diretrizes do Consentimento Prévio, Livre e Informado (CPLI). Para alcançar os 80% de proteção até 2025, cada país amazônico deve desenvolver Planos de Ação Nacionais do Bioma Amazônico (PANBA), a fim de detalhar seus compromissos e cumprir com a meta 80x25. O processo deve contar com a participação da sociedade civil, incluindo a dos povos indígenas, que têm sido os efetivos administradores do bioma há milênios.
2. **100% das terras indígenas** legalmente reconhecidas e demarcadas, e a designação de recursos financeiros permanentes que permitam sua posse efetiva e sua ampliação.
3. **A implantação de um modelo de governança com representação política** e o reconhecimento formal do papel dos povos indígenas na realização desses objetivos em escala nacional e internacional.
4. **Uma moratória imediata** do desmatamento e da degradação industrial de todas as florestas primárias.

5. **A definição de uma política florestal e de zoneamento** que permita a criação de zonas intocáveis para áreas que ainda estão intactas/sem rodovias ou outras zonas exclusivas para atividades industriais.
6. **A restauração** de terras degradadas.
7. **Criação de reservas indígenas** ou áreas protegidas sob cogestão, ampliadas para as comunidades indígenas e locais que, atualmente, não constam como TI ou AP e para outros territórios (OECM), com as salvaguardas e responsabilidades dos Estados a fim de garantir a proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial (PIACI).
8. **Deter os fatores determinantes do desmatamento atual e futuro** e as pressões de desenvolvimento industrial mediante a **suspensão de novas licenças e novos financiamentos** para a mineração, o petróleo, a pecuária, as grandes represas, a exploração madeireira e para outras atividades industriais.
9. **Um perdão condicionado da dívida** a uma moratória permanente da extração industrial em áreas prioritárias, territórios indígenas e áreas protegidas.
10. Que **o setor financeiro** se comprometa a garantir o **cumprimento dos direitos dos povos indígenas** e a **pôr fim ao desmatamento** em todas as cadeias de insumos que ele financia.
11. **Transparência e prestação de contas** do setor financeiro e das cadeias de valor.
12. **A comunidade internacional** deve adotar **políticas e marcos imediatos** que garantam a afluência permanente de recursos para alcançar esse objetivo.
13. **A comunidade internacional deve prover os recursos financeiros necessários** para cobrir os custos de acesso aos serviços básicos das comunidades indígenas, para consolidar sua autodeterminação e para fortalecer a gestão integral dos territórios, dos meios de vida sustentáveis e do uso de seu conhecimento ancestral.



Un hombre Waorani, Ecuador, 2013.  
Foto: Amazon Watch/©Caroline Bennet



**AMAZONIA  
POR LA VIDA:  
PROTEJAMOS  
80% AL  
2025**  
EVITANDO EL PUNTO DE NO RETORNO



**COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES  
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA**

